

**PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA DE QUOTAS DO**

**TOTEM INFRA BRASIL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

CNPJ/MF nº 11.178.382/0001-64

Código ISIN: BRTOTFCTF008

A presente distribuição pública de quotas foi aprovada pela CVM em 27 de janeiro de 2010, por meio do número de registro CVM/SRE/RFP/2010/001.



**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A. (“ADMINISTRADOR” E
“DISTRIBUIDOR LÍDER”)**

**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
 (“AUDITOR INDEPENDENTE”)**



Custódia

(“CUSTODIANTE”)



**TOTEM INVESTIMENTOS E GESTÃO DE
RECURSOS LTDA.
 (“GESTOR”)**



**SPALDING ADVOCACIA EMPRESARIAL
(ASSESSORIA LEGAL)**

Distribuição pública de, no mínimo, 1.000.000 (um milhão) e, no máximo, 1.000.000.000,00 (um bilhão) de quotas, com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real), perfazendo o montante total de até:

R\$ 1.000.000.000,00 (UM BILHÃO DE REAIS)

As quotas serão objeto de distribuição pública no Brasil, por sua distribuidora líder e administradora, BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, administrador do Fundo, exclusivamente perante investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

A colocação das quotas do FUNDO será objeto de distribuição pública primária no mercado de balcão organizado, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ou em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED. As quotas do FUNDO poderão ser negociadas em mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP ou cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM 391”), e seu instrumento de constituição foi registrado 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 2009, sob o nº 754129 e posteriormente alterado por ato do administrador arquivado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 2009 sob o nº 760290, e em seguida alterado

novamente por ato do administrador arquivado no 5º ofício de registro de títulos e documentos, em 20 de julho de 2010, sob o nº 786207 (“Regulamento”).

A presente distribuição pública de quotas foi aprovada pela CVM em 27 de janeiro de 2010, por meio do número de registro CVM/SRE/RFP/2010/001.

As quotas foram admitidas por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED.

O ADMINISTRADOR mantém sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, o que não garante a completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, o Fundo não conta com garantia do ADMINISTRADOR, do GESTOR, dos demais prestadores de serviços, da companhia investida, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

As informações contidas neste prospecto (“Prospecto”) estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa deste Prospecto e do Regulamento, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 08 e 09 deste Prospecto.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida ao ADMINISTRADOR e aos demais prestadores de serviços, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor. Este fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de proteção patrimonial. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus quotistas.

O ADMINISTRADOR, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL, JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, DECLARA QUE É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS POR OCASIÃO DO REGISTRO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO.

ADICIONALMENTE, BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , NA QUALIDADE DE DISTRIBUIDOR LÍDER DA OFERTA, POR SEU DIRETOR RESPONSÁVEL, JOSÉ CARLOS LOPES XAVIER DE OLIVEIRA, ECLARA QUE AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS SÃO VERDADEIRAS, CONSISTENTES, CORRETAS E SUFICIENTES, PERMITINDO AOS INVESTIDORES UMA TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA; E AINDA, DECLARA QUE AS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO MERCADO DURANTE TODO O PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO, INCLUSIVE AQUELAS EVENTUAIS OU PERIÓDICAS E QUE VENHAM A INTEGRAR O PROSPECTO SÃO SUFICIENTES PERMITINDO AOS INVESTIDORES A TOMADA DE DECISÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DA OFERTA.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas do Fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do ADMINISTRADOR ou das demais instituições prestadoras de serviços, bem como das quotas a serem distribuídas.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A OFERTA PODERÃO SER OBTIDAS COM O DISTRIBUIDOR LÍDER E NA CVM.

A data deste Prospecto é 02 de agosto de 2010.

ÍNDICE

Página	
ÍNDICE E CAPA	01 a 03
I. Sumário da Oferta	04
II. Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo	04
Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo	05
Administrador	05
Gestor	06
Distribuidor Lider	06
Atendimento aos Quotistas	06
III. Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos	06
Taxa de Administração	06
Taxa de Performance	06
Taxa de Ingresso e Saída	07
Outros Encargos do Fundo	07
IV. Fatores de Risco	08
V. Características da Oferta	09
Oferta e Público Alvo	09
Inadequação	09
Quantidade, Classe e Valor das Quotas	10
Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas	10
Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Quotas	10
Valor Mínimo de Investimento	11
Cronograma da Oferta [ESTIMADO]	11
Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	11
Suspensão e Cancelamento da Oferta	12
Negociação de Quotas	12
Custos de Distribuição	12
Outras Informações	13
VI. Principais Características do FUNDO	13
Base Legal	13
Público Alvo	13
Prazo de Duração	13
Foro	13
Objetivo do FUNDO e Política de Investimento	14
Amortização de Quotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo FUNDO	16
Liquidação do FUNDO	16
Demonstrações Financeiras, Patrimônio e Informações	16
VII. Administração e Gestão	18
VIII. Assembléia Geral de Quotistas	20
IX. Comitê de Investimentos	21
X. Regras de Tributação do FUNDO	23
Anexos	25
Instrumento de Constituição	25
Instrumento de alteração registrado em 18/11/2009 sob o nº 760290	27
Instrumento de alteração registrado em 20/07/2010 sob o nº 786207	28
Regulamento consolidado do FUNDO	31

I. Sumário da Oferta

Quotas objeto da presente oferta	Mínimo de 1.000.000 (um milhão) e, no máximo, 1.000.000.000,00 (um bilhão) de quotas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal.
Preço de emissão das quotas	No âmbito da oferta, as quotas serão emitidas com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real) por quota, sendo que as quotas da emissão inicial serão integralizadas a qualquer tempo por este valor.
Valor total da oferta	Entre R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) e, no máximo, 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
Procedimento da oferta	Após a concessão do registro da oferta, e a publicação do Anúncio de Início, o ADMINISTRADOR acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da presente oferta de Quotas do FUNDO, por meio da assinatura de Compromissos de Investimento sendo que do total subscrito, 5% (cinco por cento) será integralizado à vista, em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Compromisso de Investimento e o restante de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo ADMINISTRADOR, previamente aprovadas pelo Comitê de Investimentos, na forma deste Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento.
Regime de colocação	A colocação das quotas será feita pelo ADMINISTRADOR em regime de melhores esforços.
Prazo para Subscrição das quotas	As quotas objeto da presente oferta devem ser subscritas durante o período de distribuição.
Integralização das quotas	O ADMINISTRADOR deverá requerer aos quotistas a realização das integralizações, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data efetiva de integralização, sempre que: ocorrer a aprovação pelo Comitê de Investimentos de chamadas de capital; ou houver a necessidade de pagamento das taxas ou outras despesas ordinárias do FUNDO.
Forma de pagamento	A integralização das Quotas do FUNDO será realizada por meio do MDA, podendo, alternativamente, ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED).
Valor mínimo de subscrição por investidor	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

II. Identificação de Prestadores de Serviços do FUNDO

Administrador e Distribuidor Líder

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares

Rio de Janeiro – RJ

CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3219-2618

Fax: (21) 3974-4501

E-mail: fip@bnymellon.com.br

Site: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

Gestor

TOTEM INVESTIMENTOS E GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Rua Gonçalves Dias nº 51, 6º andar, Centro

CEP: 20050-030

AT.: FÁBIO SOUZA

TEL.: (21) 2005-6677

FAX: (21) 2005-6605

E-MAIL: totem@toteminvest.com.br

Site: www.toteminvestimentos.com.br

Custodiante
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/n
Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara
Osasco – SP
CNPJ sob n.º 60.746.948/0001-12
At.: Ronaldo Lopes Costa
Tel.: (11) 3684-5170
Fax: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.ronaldol@bradesco.com.br
Site: www.bradesco.com.br

Auditor Independente
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
Filial: Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar
Rio de Janeiro – RJ
At.: Bruno Gomes
Tel.: (21) 3515-9442
Fax: (21) 3515-9000
E-mail: brodrigues@kpmg.com.br
Site: www.kpmg.com.br

Assessoria Jurídica
SPALDING ADVOCACIA EMPRESARIAL
Rua Sete de Setembro, 71, 20º andar
At.: Leandro Salztrager Benzecry
Tel.: (21) 2526-9200
Fax: (21) 2221-6570
E-mail: spalding@spalding.adv.br
Site: www.spalding.adv.br

Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do FUNDO

Administrador

O BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma empresa subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras por meio do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é um dos maiores prestadores de serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, provendo serviços de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização. O BNY Mellon Serviços Financeiros combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação dessas duas instituições financeiras tradicionais resultou em uma das maiores empresas de serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se uma das líderes globais em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Atualmente, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, operando em 34 países e atendendo a mais de 100 mercados. A nova instituição é uma das maiores em serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes.

Endereços e contatos da sede:

Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º andares, Centro,
Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Carla Lopes

E-mail: fip@bnymellon.com.br

Website: <http://www.bnymellon.com.br/sf>

Tel: (21) 3219-2500 Fax: (21) 3974-4501

Gestor

A Totem Investimentos, constituída em agosto de 2009, é uma gestora de recursos registrada na CVM que busca oportunidades de investimentos em todas as classes de ativos, focando no retorno absoluto e procurando oferecer rentabilidade diferenciada para seus investidores. A administração e a criação de mecanismos de mitigação de risco possuem papéis centrais no processo de investimentos da empresa. Com profissionais qualificados e com experiência no mercado financeiro e em diversos setores da economia, buscamos formar uma cultura corporativa baseada em princípios éticos.

Atendimento aos Quotistas

O ADMINISTRADOR mantém Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, através do “Fale Conosco” no endereço <http://www.bnymellon.com.br/sf> ou do telefone (21) 3974-4600. A Ouvidoria poderá ser acessada pelo telefone 0800-7253219 ou através do endereço www.bnymellon.com.br/sf, sempre que as respostas as solicitações do quotista ao Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) não atenderem às expectativas.

III. Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos

Taxa de Administração

Os prestadores de serviços de administração ao FUNDO, dentre eles o o ADMINISTRADOR e o GESTOR, farão jus a “Taxa de Administração” que equivalerá:

- a) durante o Período de Investimento, a 1,0% a.a. (um por cento ao ano) sobre o volume total de capital comprometido pelos quotistas ou R\$ 12.000,00 (doze mil por mês), o que for maior; ou
- b) durante o Período de Desinvestimento, a 1,0% a.a. (um por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do FUNDO ou R\$ 12.000,00 (doze mil por mês), o que for maior.

A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa do FUNDO e paga mensalmente, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A Taxa de Administração será compartilhada pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e demais prestadores de serviços de administração ao FUNDO, conforme acordo entre eles.

Taxa de Performance

O FUNDO pagará ao GESTOR uma Taxa de Performance de 20% (vinte por cento) dos ganhos distribuídos pelo FUNDO que excederem o capital original investido, atualizado pela variação de um índice de inflação (IPCA), acrescido de um custo de oportunidade de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. Somente será devida a Taxa de Performance ao GESTOR após a devolução para os quotistas de todo o seu capital investido devidamente corrigido monetariamente e pelo custo de oportunidade citado acima, conforme o seguinte procedimento/preferência:

- a) em primeiro lugar, serão destinados para pagamento aos quotistas, na proporção das respectivas quotas por eles subscritas e integralizadas, tanto quanto seja necessário para permitir que cada um desses quotistas recupere o seu respectivo investimento (valor do principal investido corrigido pelo IPCA);

- b) em segundo lugar, serão destinados para pagamento aos quotistas, na proporção das respectivas quotas por eles subscritas e integralizadas o valor correspondente ao custo de oportunidade (8,5% a.a.) acumulado até a data de amortização;
- c) a seguir, uma vez que os pagamentos dos incisos I e II deste item tenham sido atendidas, o GESTOR receberá uma primeira parcela de pagamento de Taxa de Performance correspondente a 100% dos valores excedentes recebidos dos desinvestimentos do portfólio-alvo do FUNDO até atingir o montante de 30% da Distribuição Preferencial, assim entendidas aquelas listadas nas alíneas “a” e “b”, acima;
- d) finalmente, uma vez que as amortizações e a primeira parcela da Taxa de Performance previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, acima, tenham sido pagas, o saldo que sobejar dos desinvestimentos do FUNDO serão rateados 20% (vinte por cento) para o GESTOR, a título de Taxa de Performance, e 80% (oitenta por cento) aos quotistas, proporcionalmente às quotas por eles subscritas e integralizadas.

A Taxa de Performance será sempre provisionada e paga no mesmo dia em que ocorrer a amortização ou resgate de quotas, bem como pagamento de dividendos diretamente aos quotistas.

No caso de destituição do GESTOR pela assembléia geral de quotistas, a Taxa de Performance será paga ao GESTOR atual e anteriores, proporcionalmente ao tempo em que ficaram responsáveis pela gestão do FUNDO. Ademais, não será devida a remuneração por performance ao GESTOR destituído no caso de comprovada culpa, dolo ou má-fé no desempenho dos serviços para com o FUNDO.

O valor ou critério de determinação da Taxa de Performance não deverá ser modificado sem prévia anuência por escrito do GESTOR e posterior aprovação pela Assembléia Geral.

Taxa de Ingresso e Saída

Não será cobrada taxa de ingresso e ou saída dos investidores do FUNDO.

Outros Encargos do FUNDO

Adicionalmente à Taxa de Administração e Performance, constituem encargos do FUNDO:

- I emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas nesta Instrução ou na regulamentação pertinente;
- IV despesas com correspondência do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- V honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de assembléia geral de quotistas;
- X taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;

- XI despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, desde que limitados a: i) R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ao ano; ou ii) 0,25% a.a. (zero vírgula vinte e cinco por cento ao ano) sobre o valor das quotas subscritas durante o Período de Investimento e sobre o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO, durante o Período de Desinvestimento, o que for maior; e
- XII despesas ligadas à estruturação do FUNDO, que tenham sido identificadas no prospecto de sua distribuição inicial, podendo ocorrer o reembolso daquelas eventualmente adiantas pelo ADMINISTRADOR ou GESTOR, respeitado o limite máximo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e sejam devidamente comprovadas.

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da assembléia geral de quotistas.

O ADMINISTRADOR, na qualidade de representante do FUNDO e em nome deste, pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração, até o limite desta, sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos seus prestadores de serviços.

IV. Fatores de Risco

Em vista da natureza do investimento em participações, e da política de investimento do FUNDO, os investidores do FUNDO devem estar cientes, sem prejuízo de outros riscos, de que:

- I Risco de Iliquidez dos Ativos. os ativos componentes da carteira do FUNDO poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;
- II Longo Prazo de Maturação do Investimento. a maturação dos investimentos em participações é de longo prazo, estando compreendida dentro do prazo total do FUNDO;
- III Risco de Concentração de Ativos. a carteira do FUNDO poderá estar concentrada em ativos de emissão de poucas, ou uma única, Companhias Investidas, tornando os riscos dos investimentos diretamente ou indiretamente relacionados à performance de tais Companhias Investidas;
- IV Fatores Macroeconômicos Relevantes. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os quotistas. Não será devido pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.
- V Risco de Liquidez na Amortização e Resgate. O FUNDO está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final de quotas. O FUNDO pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas quotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado.
- VI Riscos de Liquidez das Quotas. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as quotas e (ii) de o FUNDO ser constituído sob a forma de condomínio fechado, inadmitindo que o quotista resgate suas quotas a qualquer tempo, eles, os quotistas, podem ter dificuldade em realizar seus investimentos.
- VII Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de carteira do FUNDO. Este Regulamento estabelece que o FUNDO poderá efetuar o resgate das quotas caso, findo o Prazo de Duração, ainda existam ativos na carteira do FUNDO. Nesse caso, os quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues em dação.
- VIII Ausência de Companhias Investidas. O FUNDO foi constituído com a finalidade de investir seus

recursos em Companhias Investidas cujo objeto envolva infraestrutura. Assim, não há garantia de serem encontradas companhias dispostas a permitir a participação do FUNDO, ou companhias cujos ativos estejam com preço atrativo ao FUNDO durante o Período de Investimento.

- IX Risco do Mercado de Atuação das Companhias Alvo. Tendo em vista que o FUNDO aplicará a maior parte de seus recursos em companhias cuja atuação estará voltada aos mercados de infraestrutura, e o rendimento das quotas dependerá da realização de tais investimentos, o FUNDO estará sujeito aos riscos inerentes aos mercados de infraestrutura, de forma que, qualquer ato ou fato que impacte negativamente, no todo ou em parte, tais mercados ou tais Companhias Alvo, poderá causar efeitos adversos no patrimônio líquido do FUNDO e, por conseguinte, em suas quotas.
- X Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no FUNDO expõe o investidor aos riscos a que o FUNDO está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os quotistas. Embora o GESTOR mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do FUNDO, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- XI Risco de Mercado. O valor dos ativos que integram a carteira do FUNDO pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do FUNDO pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do FUNDO pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.
- XII Risco de Crédito. Consiste no risco dos emissores de Ativos Alvo que integram a carteira do FUNDO não cumprirem com suas obrigações de pagá-las pontual e integralmente. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que integram a carteira do FUNDO.
- XIII Risco da Titularidade Indireta. A titularidade das quotas não confere aos quotistas o domínio direto sobre ativos integrantes da carteira do FUNDO ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do FUNDO de modo não individualizado, por intermédio do ADMINISTRADOR.
- XIV Risco de Derivativos. Embora o FUNDO possa utilizar instrumentos derivativos exclusivamente para proteger as suas posições detidas à vista, esta proteção pode não ser perfeita, gerando oscilações adversas nas quotas.
- XV Regulamentação e Políticas Intervencionistas por Parte do Governo Federal. Os investimentos do FUNDO serão destinados para Projetos de Infraestrutura. Esse setor é fortemente regulamentado pelo Poder Público, seja por meio da outorga de concessões, controle sobre tarifas e reajustes, imposição de metas de qualidade e universalização dos serviços prestados. Assim, alterações na regulamentação do setor de infraestrutura, seja por parte do atual ou próximos governos, poderão impactar negativamente as Companhias Investidas, e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento e a rentabilidade do FUNDO.

V. Características da Oferta

Oferta e Público Alvo

O público alvo do FUNDO são até 20 (vinte) investidores qualificados, assim entendidos as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da instrução CVM nº 409/2004.

Inadequação

O investimento neste FUNDO é inadequado a investidores que não se enquadrem no público alvo do FUNDO, ou seja, investidores não qualificados. Ademais, por se tratar de um fundo fechado, o FUNDO é inadequado, ainda, para investidores que, mesmo sendo qualificados, possam vir a precisar de liquidez imediata dos investimentos e não estejam dispostos a correr os riscos indicados na seção “Fatores de Risco” (páginas 09 e 10, adiante).

Quantidade, Classe e Valor das Quotas

A presente oferta distribuirá, no mínimo, 1.000.000 (um milhão) e, no máximo, 1.000.000.000,00 (um bilhão) de quotas, todas nominativas e escriturais, de única classe, com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real) por quota.

Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas

As quotas garantem a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no Regulamento e na regulamentação aplicável, inclusive (i) o direito de participar das Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às quotas, e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo FUNDO a título de amortização de quotas e/ou as quantias atribuídas pelas Companhias Investidas ao FUNDO, a título de dividendos, que venham a ser distribuídas pelo FUNDO, nos termos do Regulamento.

Novas emissões do FUNDO deverão contar com prévia recomendação do GESTOR e passar por deliberação da assembléia geral de quotistas.

Procedimentos para a Celebração de Compromissos de Investimento, Subscrição e Integralização das Quotas

A propriedade das quotas nominativas presumir-se-á pelo registro realizado pelo agente de escrituração, através de conta de depósito das quotas, aberta em nome do quotista.

O ADMINISTRADOR, por orientação do GESTOR, poderá rejeitar a proposta de aquisição das quotas do FUNDO, caso o potencial investidor se encontre em conflito de interesse com a política de investimento do FUNDO. Para tanto, entende-se estar o potencial investidor em conflito no caso desse ser sociedade (e/ou a ela Afiliada) e/ou administrador da sociedade que seja concorrente a qualquer companhia (i) investida; ou (ii) em processo de análise para vir a ser investida.

Entende-se por “Afiliada”, para os termos do parágrafo anterior qualquer (i) Pessoa, direta ou indiretamente, controlada pela respectiva Pessoa, (ii) Pessoa, direta ou indiretamente, controladora da respectiva Pessoa, (iii) Pessoa que seja controlada pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, e (iv) no caso de pessoa natural, parente até o 3º (terceiro) grau da respectiva Pessoa. Ainda, define-se “Pessoa”, para os termos deste parágrafo, como qualquer pessoa natural, jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.

As quotas da emissão inicial serão integralizadas pelo valor da quota no dia da respectiva integralização.

Ao subscrever quotas do FUNDO, o investidor celebrará com o FUNDO um Compromisso de Investimento, do qual deverá constar o valor total que o quotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do FUNDO.

Do total subscrito, 5% (cinco por cento) será integralizado à vista, em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Compromisso de Investimento e o restante de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo ADMINISTRADOR, previamente aprovadas pelo Comitê de Investimentos, na forma deste Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento.

O ADMINISTRADOR deverá requerer aos quotistas a realização das integralizações, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data efetiva de integralização, sempre que:

- a) ocorrer a aprovação pelo Comitê de Investimentos de chamadas de capital; ou
- b) houver a necessidade de pagamento das taxas ou outras despesas ordinárias do FUNDO.

A partir da assinatura do respectivo Compromisso de Investimento, o quotista será obrigado a cumprir as condições previstas neste Regulamento, no próprio Compromisso de Investimento e na regulamentação aplicável, sujeitando-se às penalidades descritas no respectivo Compromisso de Investimento e perdendo o direito de voto nas Assembleias Gerais de Quotistas, pelo prazo em que permanecer inadimplente.

As penalidades pelo descumprimento das obrigações citadas no parágrafo anterior não serão impostas ao quotista que deixar de integralizar suas quotas exclusivamente por força de limitações ou vedações impostas pela

legislação ou regulamentação que lhe sejam aplicáveis, inclusive nos casos em que a imposição de tais limitações ou vedações sejam ocasionadas por atos de outros quotistas.

Caso o quotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao FUNDO estabelecida no Compromisso de Investimento, as Amortizações a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes com o FUNDO até o limite de seus débitos.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo de subscrição é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por quotista.

Cronograma da Oferta [ESTIMADO]

Evento	Data Prevista
Protocolo de Pedido de Registro na CVM	24 de novembro de 2009
Protocolo de Resposta ao cumprimento de exigências da CVM	07 de dezembro de 2009
Registro da Oferta na CVM	21 de dezembro de 2009
Publicação do Anúncio de Início	22 de dezembro de 2009
Prorrogação de Período de Distribuição	02 de agosto de 2010
Término do Período de Distribuição	02 de agosto de 2011, prorrogável por mais 360 dias
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	02 de agosto de 2011, prorrogável por mais 360 dias

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta

O ADMINISTRADOR pode, em nome do FUNDO, requerer à CVM a modificação ou revogação da oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria oferta.

Adicionalmente, a Assembleia Geral pode modificar, a qualquer tempo, a oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da oferta seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido do ADMINISTRADOR, em nome do FUNDO, nos casos em que aprovado pela Assembleia Geral, prorrogar o prazo para distribuição da oferta.

Será admitida a substituição do GESTOR, ainda que durante o prazo de distribuição de quotas do FUNDO, desde que com a aprovação dos quotistas subscritores, em assembléia geral convocada para este fim. Os quotistas, ao aderirem ao regulamento do FUNDO, devem concordar que a substituição do GESTOR não deverá ser considerada como modificação da oferta, dada a prévia ciência desta possibilidade.

Se a oferta for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

A revogação ou qualquer modificação da oferta será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado em periódico de grande circulação, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, e do Anúncio de Encerramento.

Em se tratando de modificação da oferta, após a publicação do Anúncio de Início, o ADMINISTRADOR deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à oferta, por meio da entrega ao ADMINISTRADOR do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no FUNDO, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à oferta, por meio da entrega ao ADMINISTRADOR de Compromissos de Investimento e da assinatura dos respectivos Boletins de Subscrição, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue ao ADMINISTRADOR Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da oferta, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da oferta, conforme o caso.

Negociação de Quotas

A colocação das quotas do FUNDO poderá ser objeto de distribuição pública primária no mercado de balcão organizado, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, ou, alternativamente, será realizada em mercado de balcão não organizado, mediante Transferência Eletrônica Disponível – TED.

As quotas do FUNDO poderão ser negociadas em mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP ou cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

No caso de transferência de quotas na forma do parágrafo anterior o cessionário deverá comunicar o ADMINISTRADOR no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para que este tome as devidas providências para alteração da titularidade das quotas, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

Caso o quotista desejar transferir suas quotas, total ou parcialmente, durante o Período de Investimento, tal quotista deverá assegurar o cumprimento dos compromissos para com o FUNDO antecipadamente à transferência ou o novo quotista deverá manifestar, por escrito, o conhecimento dos compromissos pendentes e a aceitação de cumpri-los nas datas programadas.

Custos de Distribuição

O custos de distribuição da presente emissão são:

Custos	Custo Total (em R\$)	% em relação ao Preço Unitário de Distribuição *	Custo Unitário de Distribuição (R\$ / nº total de quotas)
Comissões			
<i>Comissão de Coordenação</i>	0	0%	0
<i>Comissão de Colocação</i>	5.000.000,00	0,50%	0,005
<i>Comissão de Estruturação</i>	200.000,00	0,02%	0,0002
<i>Comissão de Garantia de Subscrição</i>			
<i>Outras Comissões</i>	0	0%	0
Despesas decorrentes do Registro			
<i>Taxa de Registro de Distribuição</i>	R\$ 82.870,00	0,0082%	0,000082

<i>Despesas de Registro em cartório</i>	R\$ 1.000,00	0,0001%	0,000001
<i>Outros Custos</i>			
<i>Assessoria Jurídica</i>	R\$ 30.000,00	0,0030%	0,00003
<i>Publicação de Anúncios</i>	R\$ 20.000,00	0,0020%	0,00002

Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da oferta e do FUNDO, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, nos endereços indicados nas seções “Informações Básicas sobre o FUNDO” e “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM e na CETIP apenas para consulta e reprodução.

VI. Principais Características do FUNDO

Base Legal

O **TOTEM INFRAESTRUTURA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo seu Regulamento e pelo presente Prospecto, pela Instrução CVM nº 391/2003, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Público Alvo

O público alvo do FUNDO são até 20 (vinte) investidores qualificados, assim entendidos as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da instrução CVM nº 409/2004.

Prazo de Duração

O FUNDO terá prazo de duração de 15 (quinze) anos, contados a partir da primeira integralização de quotas, podendo ser prorrogado por decisão de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

O Período de Investimento do FUNDO se encerra após 05 (cinco) anos, contados da primeira integralização de quotas. O restante do prazo de duração será considerado o Período de Desinvestimento.

Excepcionalmente, o FUNDO poderá realizar investimentos fora do Período de Investimentos, caso estes investimentos sejam relativos a:

- I obrigações aprovadas pelo Comitê de Investimentos, antes do término do Período de Investimentos e assumidas pelo FUNDO, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados;
- II investimentos já aprovados pelo Comitê de Investimentos e que, por qualquer natureza, estejam com sua implementação ainda suspensa por ocasião do encerramento do Período de Investimentos, desde que a realização deste seja ratificada pelo Comitê de Investimentos; ou
- III obrigações que não tenham sido aprovadas pelo Comitê de Investimentos durante o Período de Investimentos e que sejam decorrentes de exercício de direitos de subscrição e/ou de opção de compra de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações por parte do FUNDO, com a finalidade de impedir a diluição ou a perda de controle acionário dos investimentos do FUNDO, nas companhias investidas, desde que aprovados pela Assembléia Geral de Quotistas.

A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do GESTOR previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos, poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o Período de Investimento e o Período de Desinvestimento.

Foro

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao FUNDO ou questões decorrentes do presente Prospecto é o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Objetivo e Política de Investimento do FUNDO

O objetivo do FUNDO é o de proporcionar aos seus quotistas a valorização do capital investido no longo prazo, através de aplicação na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias fechadas (“Companhias Investidas”). As Companhias Investidas deverão pertencer ao setor de infraestrutura (“Setor Alvo”).

São elegíveis à posição de Companhia Investida as companhias sediadas no Brasil, cujo objeto social contemple precipuamente:

- a) desenvolvimento ou investimento em empreendimentos de produção e distribuição de óleo e gás;
- b) desenvolvimento ou investimento em projetos ligados à geração e transmissão de energiaoutras fontes de geração e transmissão de energia;
- c) desenvolvimento de tecnologias, metodologias ou processos para o Setor Alvo do FUNDO;
- d) desenvolvimento ou investimento em empreendimentos com foco no Setor Alvo do FUNDO;
- e) produção ou montagem de equipamentos para o Setor Alvo do FUNDO;
- f) serviços técnicos ou especializados destinados ao Setor Alvo do FUNDO ou que dêem suporte a este;
- g) sociedades que tenham por finalidade participar em outras companhias que tenham por objeto uma das atividades listadas nos demais incisos deste item; e
- h) projetos de Infraestrutura em geral, tais como mas não se limitando às sociedades que visem desenvolvimento de melhoria, atuando tanto na construção quanta prestação de serviços.

O FUNDO tem como meta de rentabilidade para as quotas a ser perseguida pelo GESTOR, a variação do IPC-A (índice de preços ao consumidor amplo, divulgado pelo IBGE) acrescida de *spread* de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois dias), calculado sobre o Preço de Subscrição das quotas (“Benchmark”).

O FUNDO poderá investir em companhias de qualquer estágio de desenvolvimento, desde projetos ainda em fase preliminar de implantação (“Greenfield”) até aqueles projetos maduros já em fase de operação, sem prejuízo da aprovação do Comitê de Investimento e dos limites de concentração previstos a seguir.

O FUNDO deverá participar do processo decisório das Companhias Investidas, exercendo efetiva influência na definição das políticas estratégicas e na gestão, através dos seguintes mecanismos:

- I pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;
- II pela celebração de acordo de acionistas;
- III pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão; ou
- IV pela indicação de membros do Conselho de Administração.

O GESTOR, na implementação da política de investimentos do FUNDO, deverá, ainda, respeitar as seguintes disposições:

- I o FUNDO não realiza operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia;
- II o FUNDO somente poderá realizar operações em mercados de derivativos com a finalidade exclusiva de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativos subjacentes valores mobiliários que venham compor a carteira ou no qual haja direito de conversão, nos termos do Parágrafo

Único do Artigo 6º da Instrução CVM nº 391/2003 e nos limites da Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional;

- III as negociações com títulos públicos do FUNDO devem ser efetuadas através de negociação eletrônica;
- IV os recursos líquidos do FUNDO dispostos acima devem ser investidos de forma compatível com os limites da Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional e posteriores modificações, bem como com as demais regulamentações aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

As Companhias Investidas deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- I proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração, caso existente;
- III disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

O FUNDO investirá seus recursos de acordo com a política de investimentos e objetivos estipulados neste Regulamento, devendo sempre ser observados os dispositivos legais aplicáveis e a composição da carteira descrita a seguir, após o término do Período de Investimento:

- I no mínimo 90 % (noventa por cento) de seu Patrimônio Líquido investido em ativos de emissão das Companhias Investidas;
- II no máximo 10 % (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido (com a exclusiva finalidade de propiciar à carteira do FUNDO a liquidez necessária para arcar com as despesas e encargos previstos neste Prospecto (página 8 e na regulamentação aplicável) em:
 - a) quotas de fundos de investimento das classes Renda Fixa e Referenciado DI, que tenham por política de investimentos aplicar, com exclusividade, nos ativos listados nas alíneas “b” e “c”, a seguir;
 - b) títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil;
 - c) títulos de instituição financeira pública ou privada de primeira linha (classificadas como baixo risco de crédito por agência classificadora);

Os limites previstos neste item não precisarão ser observados pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da primeira integralização de quotas; e pelos 30 (trinta) dias subsequentes às demais integralizações ou que antecederem a qualquer data de amortização e/ou de resgate de quotas.

Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do FUNDO em títulos e Valores Mobiliários de Companhias Investidas nas quais participem, direta ou indiretamente:

- I o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros do Comitê de Investimentos e Quotistas titulares de quotas representativas de, ao menos, 5% (cinco por cento) do patrimônio do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- II quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

- a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira de operação de emissão ou oferta de Valores Mobiliários a serem subscritos ou adquiridos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b) façam parte de Conselhos de Administração, Consultivo ou Fiscal de Companhia Investida, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo FUNDO, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do deste item, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR.

Amortização de Quotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo FUNDO

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do FUNDO. Mediante decisão do GESTOR, aprovada pelo Comitê de Investimentos, o ADMINISTRADOR poderá proceder a amortização das quotas do FUNDO. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de quotas integralizadas existentes.

Em qualquer hipótese de amortização esta se dará após o abatimento de todas as taxas, encargos, comissões e despesas ordinárias do FUNDO tratadas neste Regulamento, inclusive aquelas previstas para os 90 (noventa) dias subseqüentes.

Os dividendos distribuídos pelas Companhias Investidas, após o Período de Investimento, devem ser pagos diretamente aos quotistas na forma de amortização, no prazo máximo de 10 (dez) dias do seu recebimento pelo FUNDO, podendo o ADMINISTRADOR solicitar à Companhia Investida que faça esses pagamentos diretamente aos quotistas. Os demais direitos oriundos dos ativos do FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio. Durante o Período de Investimento os dividendos serão pagos diretamente aos quotistas, devendo ser computados para os fins de cálculo da Taxa de Performance do GESTOR.

Sempre que os recursos líquidos do FUNDO, assim entendidos aqueles não alocados em ativos de emissão das Companhias Investidas, superar os 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, durante o Prazo de Desinvestimento, o GESTOR irá propor uma amortização de quotas ao Comitê de Investimentos.

Liquidação do FUNDO

O FUNDO entrará em liquidação ao final de seu prazo de duração, conforme prorrogado, se for o caso, ou por deliberação da assembléia geral de quotistas.

No caso de liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR promoverá a divisão do patrimônio do FUNDO entre os quotistas, deduzidas a Taxa de Administração, Taxa de Performance e quaisquer outras despesas do FUNDO, na proporção de suas respectivas quotas, no prazo máximo de 30 (trinta dias), devendo a Assembléia Geral de Quotistas que deliberar a liquidação manifestar-se a respeito de eventual pagamento em ativos aos quotistas ou a alienação destes ativos em condições especiais.

Demonstrações Financeiras, Patrimônio e Informações

O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do ADMINISTRADOR, bem como do custodiante e do depositário eventualmente contratados pelo FUNDO.

O patrimônio líquido do FUNDO corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da carteira de investimentos, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.

Os ativos e passivos do FUNDO, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados prioritariamente conforme o disposto nos parágrafos subseqüentes deste item, bem como com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros e normas aplicáveis, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.

A avaliação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO será feita ordinariamente ao fim de cada mês, utilizando-se as regras constantes da tabela a seguir:

Ativo	Fontes
Títulos Públicos	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANDIMA.
Títulos Privados	<p>A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição.</p>
Ações	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&FBOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>Exclusivamente para as ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição. Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p>

Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO, a critério do GESTOR, com a aprovação do Comitê de Investimentos.

O exercício social do FUNDO encerra-se no último dia de fevereiro de cada ano.

O ADMINISTRADOR deverá enviar à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos, e aos quotistas, as seguintes informações:

I trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

- a) o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO; e
- b) o número de quotas emitidas;

II semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:

- a) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e Valores Mobiliários que a integram;
- b) demonstrações contábeis do FUNDO, acompanhadas da declaração do ADMINISTRADOR exigida pela regulamentação vigente;
- c) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor; e
- d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e Valores Mobiliários componentes da carteira.

III anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

- a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;
- b) o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e
- c) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

O ADMINISTRADOR se compromete, ainda, a disponibilizar aos quotistas todas as demais informações sobre o FUNDO e/ou sua administração e a facilitar aos quotistas, ou terceiros em seu nome, devidamente constituídos por instrumento próprio, o exame de quaisquer documentos relativos ao FUNDO e à sua administração, mediante solicitação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

VII. Administração e Gestão

A administração do FUNDO será exercida pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 4.620, expedido em 19 de dezembro de 1997.

São obrigações do ADMINISTRADOR, sem prejuízo das demais atribuições legais que lhe competem:

- I manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:
 - a) o registro dos quotistas e de transferência de quotas;
 - b) o livro de atas das assembleias gerais de quotistas;
 - c) o livro de presença de quotistas;
 - d) o arquivo dos pareceres do auditor independente;
 - e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo FUNDO e seu patrimônio; e
 - f) a documentação relativa às operações do FUNDO.
- II receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- IV pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/2003;
- V elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 391/2003 e do Regulamento;
- VI fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões tomadas em assembleia geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- VII se houver, fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I acima até o término de tal inquérito;
- IX exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;

- X transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do FUNDO;
- XI manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XII elaborar e divulgar as demonstrações financeiras e demais informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM nº 391/2003;
- XIII firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das sociedades de que o FUNDO participe, podendo delegar esta atribuição ao GESTOR;
- XIV cumprir as deliberações da assembléia geral de quotistas;
- XV cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento e do Comitê de Investimentos.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste item, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da assembléia geral de quotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os quotistas que requereram a informação.

A gestão da carteira do FUNDO compete à TOTEM INVESTIMENTOS E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., sociedade limitada, empresária, inscrita no CNPJ sob o nº 11.089.720/0001-91, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro à Rua Gonçalves Dias nº 51, 6º andar, Centro, CEP: 20050-030.

Será admitida a substituição do GESTOR, ainda que durante o prazo de distribuição de quotas do FUNDO, desde que com a aprovação dos quotistas subscritores, em assembléia geral convocada para este fim e com o quorum indicado no artigo 24, § único do Regulamento do FUNDO. Os quotistas, ao aderirem ao Regulamento do FUNDO, concordam que a substituição do GESTOR não deverá ser considerada como modificação da oferta, dada a prévia ciência desta possibilidade.

A competência para gerir a carteira do FUNDO, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem a carteira do FUNDO, cabe exclusivamente ao GESTOR, sem prejuízo das demais disposições do Regulamento do FUNDO.

Adicionalmente às obrigações de gerir a carteira do FUNDO, são obrigações do GESTOR:

- I realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do FUNDO e as respectivas liquidações dos investimentos;
- II participar das reuniões do Comitê de Investimentos;
- III cumprir as deliberações do Comitê de Investimentos acerca de investimentos e liquidações de investimentos;
- IV empregar, em conjunto com o ADMINISTRADOR, na defesa dos direitos dos quotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, por todos os meios necessários para proteger esses direitos, inclusive ações judiciais;
- V transferir ao FUNDO qualquer vantagem ou benefício obtido como resultado de sua condição de GESTOR da carteira do FUNDO;
- VI cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento do FUNDO.

É vedada ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, direta ou indiretamente, a prática dos seguintes atos em nome do FUNDO:

- I receber depósito em conta corrente do ADMINISTRADOR ou do GESTOR;

- II contrair ou efetuar empréstimos;
- III prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- VI. aplicar recursos: a) no exterior; b) na aquisição de bens imóveis; e c) subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

O ADMINISTRADOR e o GESTOR poderão renunciar às suas funções, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos quotistas e à CVM.

A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o ADMINISTRADOR e o GESTOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administrador de carteira.

Na hipótese de renúncia ou descredenciamento do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, para realização no prazo máximo de 10 (dez) dias, assembléia geral de quotistas para eleição de substituto, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas a convocação da referida assembléia geral dos quotistas.

No caso de renúncia do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, o renunciante deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador/gestor temporário até a eleição de um novo administrador/gestor.

VIII. Assembleia Geral de Quotistas

Sem prejuízo das matérias estabelecidas na regulamentação própria e de outras matérias previstas em outros artigos do Regulamento do FUNDO e deste Prospecto, compete privativamente à assembléia geral de quotistas:

- I tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II deliberar sobre a alteração do Regulamento do FUNDO;
- III deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR, ou GESTOR, e escolha de seu substituto;
- IV deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;
- V deliberar sobre a emissão e distribuição de novas quotas;
- VI deliberar sobre o aumento ou qualquer alteração na Taxa de Administração, ou Taxa de Performance;
- VII deliberar sobre a alteração ou prorrogação do prazo de duração, do período de Investimento e do período de desinvestimento do FUNDO;
- VIII deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e do quorum de deliberação da assembléia geral de quotistas;
- IX deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos; e
- X deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações por quotistas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 14 da Instrução CVM nº 391/2004.

O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado pelo ADMINISTRADOR, independentemente da deliberação da assembleia geral de quotistas ou de consulta aos quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressas exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

A assembleia geral de quotistas pode ser convocada a qualquer tempo pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por Quotistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas pelo FUNDO.

A convocação da assembleia geral de quotistas far-se-á por meio de correspondência encaminhada a cada quotista, admitida a utilização de fac-símile ou correio eletrônico, ou por publicação em periódico de grande circulação (informado previamente aos quotistas) e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembleia geral de quotistas, bem como a respectiva ordem do dia.

As convocações da assembleia geral de quotistas deverão ser feitas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a sua realização.

A assembleia geral de quotistas será instalada com a presença de qualquer número de quotistas.

Independentemente de convocação, será considerada regular a assembleia geral de quotistas a que comparecerem todos os quotistas.

Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral de Quotistas os representantes legais dos quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Nas deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, a cada quota subscrita será atribuído o direito a um voto.

Todas as deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas serão tomadas pela maioria dos votos dos Quotistas presentes, excluídos os votos dos Quotistas conflitados ou de qualquer outra forma impedidos de participarem da votação, nos termos do Regulamento do FUNDO ou da regulamentação aplicável.

As matérias referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX deste item, somente podem ser adotadas por votos que representem ao menos 50% (cinquenta por cento) das quotas subscritas mais 1 (uma) quota do FUNDO.

Os Quotistas poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo ADMINISTRADOR antes da assembleia geral, observado o disposto neste Prospecto.

As deliberações da Assembleia Geral de Quotistas poderão ser tomadas mediante processo de consulta, formalizada por escrito, dirigida pelo ADMINISTRADOR a cada quotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto. Para que seja considerada válida, a deliberação tomada por meio de processo de consulta deverá contar com a manifestação expressa de quotistas representando ao menos 50% (cinquenta por cento) das quotas emitidas mais 1 (uma) quota.

A resposta pelos quotistas à consulta deverá se dar no prazo máximo de 15 (quinze) dias e a ausência de resposta neste prazo será considerada como desaprovação pelo quotista à consulta formulada.

As decisões da assembleia geral de quotistas devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização, por correspondência, admitida a utilização de fac-símile ou correio eletrônico, enviada a cada quotista.

IX. Comitê de Investimentos

Será constituído um Comitê de Investimentos para deliberar sobre assuntos relativos à composição da carteira do FUNDO, no tocante às Companhias Investidas.

O Comitê de Investimentos será composto, no mínimo, por 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, dos quais 02 (dois) serão indicados pelo GESTOR e os demais pelos quotistas em assembleia geral, podendo os quotistas que, em conjunto, que representarem 20% (vinte por cento) do capital subscrito nomear um membro e respectivo suplente de forma independente.

No processo de seleção de membros do Comitê de Investimentos cada quotista somente poderá aprovar um membro titular e seu respectivo suplente para o exercício do cargo, utilizando-se de todas as suas quotas para essa finalidade.

No caso de ausência ou impossibilidade temporária do membro titular, seu suplente poderá comparecer às reuniões do Comitê de Investimentos e votar como se fosse titular.

O prazo de mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 02 (dois) anos a partir da data de eleição, sendo permitida a recondução. O prazo de mandato dos membros do Comitê de Investimentos se estende até a homologação dos novos indicados pela Assembléia Geral de Quotistas.

Se, no curso do mandato, um membro titular afastar-se, ausentar-se ou renunciar ao cargo no Comitê de Investimentos, será automaticamente substituído por seu suplente, que exercerá pelo prazo remanescente do mandato.

O afastamento, a ausência ou a renúncia simultânea ou conjunta de membros titular e suplente do Comitê de Investimentos implicará na indicação de novos membros titular e suplente pelos mesmos quotista ou grupo de quotistas que os indicaram. Se os membros titular e suplente foram indicados por um grupo de quotistas, esses, de comum acordo, e prevalecendo, na falta de acordo, a quantidade de quotas de cada qual, indicarão os novos membros titular e suplente. Os novos membros titular e suplente assumirão até o final do período em curso.

O Comitê de Investimentos do FUNDO terá como atribuições básicas, sem prejuízo das matérias estabelecidas em outros artigos do Regulamento do FUNDO:

- I deliberar sobre os investimentos indicados pelo GESTOR para integrarem a carteira do FUNDO, no que tange às aplicações nas Companhias Investidas;
- II deliberar sobre a liquidação de investimentos em ativos das Companhias Investidas, conforme recomendação do GESTOR;
- III aprovar novos chamados de capital, sugeridos pelo GESTOR;
- IV aprovar co-investidores, quando for o caso;
- V aprovar a baixa contábil parcial ou total de investimentos realizados;
- VI dirimir questões relativas a conflitos de interesse relacionadas às deliberações tratadas no inciso I, acima, hipótese em que os membros do Comitê de Investimentos que representam a parte que esteja envolvida no potencial conflito devem se abster de votar;
- VII deliberar sobre a contratação de serviços de consultoria ou assessoria, com remuneração por serviço superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- VIII deliberar e aprovar as demais questões e assuntos indicados no Regulamento do FUNDO, desde que tais prerrogativas não conflitem com a competência da Assembléia Geral.

Os membros do Comitê de Investimentos, indicados pelo GESTOR, poderão perceber uma remuneração mensal do FUNDO, por meio de sociedade de consultoria especializada da qual seja sócio e que venha a firmar contrato com o FUNDO, pelo desempenho de seus serviços, sempre que se tratarem de convidados externos à equipe da gestora com alto grau de qualificação e capacidade técnica. Tal remuneração estará contida nos encargos tratados no respectivo item (página 8) e sujeita ao limite ali indicado. Os referidos membros poderão, ainda, pleitear o reembolso de despesas realizadas para o comparecimento às reuniões, desde que devidamente comprovadas. Os demais membros do Comitê de Investimentos não farão jus a qualquer remuneração ou reembolso percebidos do FUNDO.

O GESTOR do FUNDO deverá enviar a cada membro do Comitê de Investimentos relatórios, contendo estudos e avaliações, em conjunto, doravante denominados “Plano de Negócio”, preparados com relação à toda e qualquer proposta de investimento, de modo a embasar a decisão do comitê, com a mesma antecedência da convocação da reunião.

A partir das propostas / Plano de Negócio elaborados pelo GESTOR, as decisões adotadas pelo Comitê de Investimentos quanto à realização de investimentos e aquisição de ativos das Companhias Investidas deverão conter todos os elementos necessários à execução do investimento pelo GESTOR e o ADMINISTRADOR, determinando o cronograma de investimento e chamadas de capital, a forma de participação na companhia investida, as principais regras de acompanhamento e monitoramento dos investimentos e os procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento futuro, atualizados e modificados sempre que se fizer necessário.

As reuniões do Comitê de Investimentos ocorrerão em local providenciado pelo GESTOR, preferencialmente na sede do GESTOR ou do ADMINISTRADOR, e instalar-se-ão com a presença da maioria simples dos membros do Comitê de Investimentos.

As reuniões do Comitê de Investimentos deverão ser convocadas pelo GESTOR ou por qualquer membro do referido Comitê, mediante notificação prévia, por escrito, no prazo de pelo menos 10 (dez) dias, antes da data de sua realização. A citada notificação, a todos os membros do Comitê de Investimentos, deve conter data, hora, local e ordem do dia.

O Comitê de Investimentos reunir-se-á sempre que for necessário para deliberar sobre os assuntos de que trata este item.

As deliberações do Comitê de Investimentos deverão ser tomadas por maioria simples de voto dos presentes à respectiva reunião.

O membro do Comitê de Investimentos deverá se abster de votar em reuniões do Comitê de Investimentos que deliberar sobre investimento, caso o quotista, ou o grupo de quotistas, que o indicou possua participação societária, direta ou indireta, no referido investimento.

O Comitê de Investimentos poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outros meios semelhantes, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios, desde que tal conversa seja posteriormente lacrada em ata, sob responsabilidade do próprio Comitê de Investimentos, devendo esta ser encaminhada ao GESTOR e ao ADMINISTRADOR.

X. Regras de Tributação do FUNDO

O FUNDO e seus quotistas estão sujeitos às seguintes regras de tributação:

FUNDO:

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo FUNDO estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do FUNDO são isentos do Imposto de Renda.

Quotistas do FUNDO:

IOF/Títulos

As operações com as quotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento nas quotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder

Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos quotistas tomará por base (i) a residência dos quotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (a) a cessão ou alienação de quotas; (b) o resgate das quotas; e (c) a amortização das quotas.

Quotistas Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas quotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

Quotistas Residentes no Exterior

Aos quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689 é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade localidade ("Paraíso Fiscal").

Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

Os ganhos e rendimentos auferidos nas quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota zero. Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo quotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das quotas do FUNDO ou cujas quotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo FUNDO, ou em caso do FUNDO deter em sua carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos na cessão ou alienação das quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos quotistas do FUNDO residentes no Brasil.

Anexo

Instrumento de Constituição

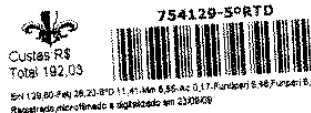
REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
DE CVM

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO SET 09 754129
TOTEM INFRA BRASIL ÓLEO E GÁS
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

REGISTRADO E ENDORÇADO
Pelo BNY Mellon - BRASIL - RJ

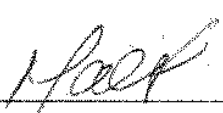
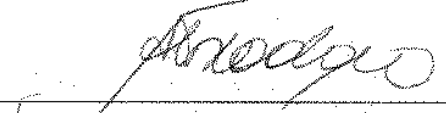
Por este instrumento particular, BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM") a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, resolve:

1. Constituir o TOTEM INFRA BRASIL ÓLEO E GÁS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("FUNDO"), na forma da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, sob a forma de condomínio fechado e com prazo determinado de duração.
2. Designar como Diretor responsável perante a CVM, pela administração do FUNDO, nos termos da regulamentação pertinente, o José Carlos Lopes Xavier de Oliveira, separado judicialmente, economista, portador da Carteira de Identidade nº 04667892-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 003.888.737-10.
3. O Diretor ora indicado declara, neste ato, nos termos da legislação em vigor, que está ciente e assume as obrigações e responsabilidades inerentes à supervisão e acompanhamento do FUNDO, especialmente a responsabilidade pela movimentação dos valores mobiliários que vierem a ser detidos pelo Fundo, sujeitando-se à aplicação das penalidades de suspensão ou inabilitação para cargos de direção em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
4. Designar para a gestão da carteira deste FUNDO a BNY MELLON ATIVOS FINANCEIROS LTDA ("GESTOR"), com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.896.477/0001-09.
5. Designar para os serviços de serviços de custódia, tesouraria e liquidação das quotas do FUNDO o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12.
6. Designar para os serviços de auditoria independente a BKR - Lopes, Machado Auditores, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua São José nº 70, 21º andar e Cobertura, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 40.262.602/0001-31.



7. Promulgar o Regulamento do FUNDO, o qual vigorará na forma anexa ao presente instrumento.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2009.



BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Durval Hale
Oficial Titular
Ato Exec. 1856/88 TJ

☐ Aurora I. Hale
1º Escrivente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. de Costa
2º Escrivente Substituto
CTPS 6201 Série 053

☐ Fabiano Alves Barbosa
3º Escrivente Substituto
CTPS 013782 Série 91



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO
TOTEM INFRA BRASIL ÓLEO E GÁS FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES

Por este instrumento particular, BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM") a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, resolve realizar alguns ajustes no regulamento do FUNDO, nos termos constantes do anexo ao presente.

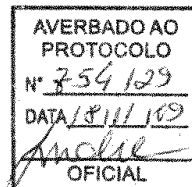
Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2009.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.



5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de
Protocolo e data declarados à margem, O QUE CERTIFICO.

<input type="checkbox"/> Durval Hele Oficial Titular Ato Exec. 1858/98 TJ	<input type="checkbox"/> Paulo André M. de Costa 2º Escrevente Substituto CTPS 8201 Série 053
<input type="checkbox"/> Aurora I. Hele 1º Escrevente Substituto CTPS 40371 Série 121	<input type="checkbox"/> Fabiano Alves Barbosa 3º Escrevente Substituto CTPS 013782 Série 91



52-011010

20 JUL 10 786207

REGISTRADO E MICROFILMADO
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO - RJ
TOTEM INFRA BRASIL ÓLEO E GÁS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
("FUNDO")

Por este instrumento particular de alteração de regulamento, uma vez que o FUNDO não possui nenhum cotista ainda, **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º, 13º e 17º (parte) andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, instituição devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("CVM") a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, resolve realizar as seguintes mudanças no regulamento do FUNDO:

- i) Alteração do nome do FUNDO para **"TOTEM INFRA BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES"**, de forma que o artigo 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º – O TOTEM INFRA BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ("fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento ("Regulamento"), pela Instrução CVM nº 391/2003, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis."

- ii) Ajustes de alguns objetos sociais das companhias investidas pelo FUNDO, de forma que o parágrafo primeiro do artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

[...]

Parágrafo Primeiro – São elegíveis à posição de Companhia Investida as companhias sediadas no Brasil, cujo objeto social contemple precipuamente:

- a) desenvolvimento ou investimento em empreendimentos de produção e distribuição de óleo e gás;
- b) desenvolvimento ou investimento em projetos ligados à geração e transmissão de energia;
- c) desenvolvimento de tecnologias, metodologias ou processos para o Setor Alvo do FUNDO;
- d) desenvolvimento ou investimento em empreendimentos com foco no Setor Alvo do FUNDO;
- e) produção ou montagem de equipamentos para o Setor Alvo do FUNDO;
- f) serviços técnicos ou especializados destinados ao Setor Alvo do FUNDO ou que dêem suporte a este;



Custas R\$
Total 202,61



786207-5ºRTD

em 137.01-Fal 20.71-RPD-1- Set-Alm 8.30-Ac 0.17-Fundam 8.85-Funpec 6.85
Registrado microfilmado e digitalizado em 20/07/10



20 JUL 10 786207

REGISTRO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

- g) sociedades que tenham por finalidade participar em outras companhias que tenham por objeto uma das atividades listadas nos demais incisos deste parágrafo;
- h) projetos de Infraestrutura em geral, tais como mas não se limitando às sociedades que visem desenvolvimento de melhoria, atuando tanto na construção quanta prestação de serviços,"
- iii) Exclusão da frase "Investimentos que excederem a 30% (trinta por cento) do capital comprometido pelos quotistas em ativos de emissão de Companhias Investidas, enquanto os projetos destas estiverem em estágio Greenfield, deverão ser aprovados previamente pela Assembléia Geral de Quotistas" do parágrafo segundo do artigo 6º, de forma que o parágrafo em referência passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

[...]

Parágrafo Segundo - Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do FUNDO em títulos e Valores Mobiliários de Companhias Investidas nas quais participem, direta ou indiretamente:

I o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros do Comitê de Investimentos e Quotistas titulares de Quotas representativas de, ao menos, 5% (cinco por cento) do patrimônio do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

II quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira de operação de emissão ou oferta de Valores Mobiliários a serem subscritos ou adquiridos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

b) façam parte de Conselhos de Administração, Consultivo ou Fiscal de Companhia Investida, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

[...]"

- iv) Alteração do distribuidor do FUNDO para BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., de forma que o parágrafo segundo do artigo 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

[...]

Parágrafo Segundo - A distribuição e colocação das quotas do FUNDO será coordenada pelo próprio ADMINISTRADOR ("DISTRIBUIDOR LÍDER")."



20 JUL 10 786207

- v) Alteração do prazo de captação da distribuição de cotas do FUNDO e do capital subscrito mínimo que permitirá o início de funcionamento do FUNDO, de forma que o caput do artigo 17 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 17- A emissão inicial, desde já deliberada pelo ADMINISTRADOR será de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) representado por 1.000.000.000,00 (um bilhão) de quotas, com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real), que poderá ser atingido no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, contados da data de registro do FUNDO pela CVM. Não obstante, o capital subscrito mínimo, que permitirá o início de funcionamento do FUNDO, tão logo atingido, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de quotas, podendo o saldo, que sobejar ao final da distribuição, ser cancelado pelo ADMINISTRADOR.”

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2010.

BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.



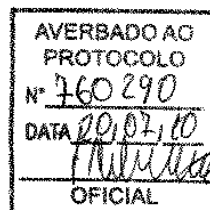
5º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Av. Rio Branco, 109 Gr. 202 - Rio de Janeiro - Tel. 2507-5197
Registrada, digitalizada e microfilmada sob o número de
Protocolo e data declarados à margem. O QUE CERTIFICO.

☐ Derval Hela
Oficial Titular
Ato Exec. 1856/98 TJ

☐ Aurora L. Hela
1ª Escrevente Substituto
CTPS 40371 Série 121

☐ Paulo André M. da Costa
2ª Escrevente Substituto
CTPS 82011 Série 052

☒ Fabiano Alves Barbosa
3ª Escrevente Substituto
CTPS 013782 Série 91



REGULAMENTO DO TOTEM INFRA BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º – O TOTEM INFRA BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

(“fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento (“Regulamento”), pela Instrução CVM nº 391/2003, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – O público alvo do FUNDO são até 20 (vinte) investidores qualificados, assim entendidos as pessoas naturais ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras que se enquadrem no conceito de investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da instrução CVM nº 409/2004.

Artigo 3º – O FUNDO terá prazo de duração de 15 (quinze) anos, contados a partir da primeira integralização de quotas, podendo ser prorrogado por decisão de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Primeiro - O Período de Investimento do FUNDO se encerra após 05 (cinco) anos, contados da primeira integralização de quotas. O restante do prazo de duração será considerado o Período de Desinvestimento.

Parágrafo Segundo – Excepcionalmente, o FUNDO poderá realizar investimentos fora do Período de Investimentos, caso estes investimentos sejam relativos a:

- I obrigações aprovadas pelo Comitê de Investimentos, antes do término do Período de Investimentos e assumidas pelo FUNDO, mas cujos desembolsos não tenham sido totalmente efetuados;
- II investimentos já aprovados pelo Comitê de Investimentos e que, por qualquer natureza, estejam com sua implementação ainda suspensa por ocasião do encerramento do Período de Investimentos, desde que a realização deste seja ratificada pelo Comitê de Investimentos; ou
- III obrigações que não tenham sido aprovadas pelo Comitê de Investimentos durante o Período de Investimentos e que sejam decorrentes de exercício de direitos de subscrição e/ou de opção de compra de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações por parte do FUNDO, com a finalidade de impedir a diluição ou a perda de controle acionário dos investimentos do FUNDO, nas companhias investidas, desde que aprovados pela Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Terceiro – A Assembléia Geral de Quotistas, por recomendação do GESTOR previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos, poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o Período de Investimento e o Período de Desinvestimento.

CAPÍTULO II – OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO

Artigo 4º – O objetivo do FUNDO é o de proporcionar aos seus quotistas a valorização do capital investido no longo prazo, através de aplicação na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias fechadas (“Companhias Investidas”). As Companhias Investidas deverão pertencer ao setor de infraestrutura (“Setor Alvo”).

Parágrafo Primeiro – São elegíveis à posição de Companhia Investida as companhias sediadas no Brasil, cujo objeto social contemple precipuamente:

- a) desenvolvimento ou investimento em empreendimentos de produção e distribuição de óleo e gás;
- b) desenvolvimento ou investimento em projetos ligados à geração e transmissão de energia;
- c) desenvolvimento de tecnologias, metodologias ou processos para o Setor Alvo do FUNDO;
- d) desenvolvimento ou investimento em empreendimentos com foco no Setor Alvo do FUNDO;
- e) produção ou montagem de equipamentos para o Setor Alvo do FUNDO;
- f) serviços técnicos ou especializados destinados ao Setor Alvo do FUNDO ou que dêem suporte a este;
- g) sociedades que tenham por finalidade participar em outras companhias que tenham por objeto uma das atividades listadas nos demais incisos deste parágrafo;
- h) projetos de Infraestrutura em geral, tais como mas não se limitando às sociedades que visem desenvolvimento de melhoria, atuando tanto na construção quanta prestação de serviços,

Parágrafo Segundo - O FUNDO tem como meta de rentabilidade para as quotas a ser perseguida pelo GESTOR, a variação do IPC-A (índice de preços ao consumidor amplo, divulgado pelo IBGE) acrescida de *spread* de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois dias), calculado sobre o Preço de Subscrição das Quotas (“Benchmark”).

Parágrafo Terceiro – O FUNDO poderá investir em companhias de qualquer estágio de desenvolvimento, desde projetos ainda em fase preliminar de implantação (“Greenfield”) até aqueles projetos maduros já em fase de operação, sem prejuízo da aprovação do Comitê de Investimento e dos limites de concentração previstos no artigo 6º, adiante.

Parágrafo Quarto - O FUNDO deverá participar do processo decisório das Companhias Investidas, exercendo efetiva influência na definição das políticas estratégicas e na gestão, através dos seguintes mecanismos:

I pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle;

II pela celebração de acordo de acionistas;

III pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao FUNDO efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão; ou

IV pela indicação de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto - O GESTOR, na implementação da política de investimentos do FUNDO, deverá, ainda, respeitar as seguintes disposições:

I o FUNDO não realiza operações de *day-trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia;

II o FUNDO somente poderá realizar operações em mercados de derivativos com a finalidade exclusiva de proteção patrimonial através de operações com opções que tenham como ativos subjacentes valores mobiliários que venham compor a carteira ou no qual haja direito de

conversão, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 6º da Instrução CVM nº 391/2003 e nos limites da Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional;

- III as negociações com títulos públicos do FUNDO devem ser efetuadas através de negociação eletrônica;
- IV os recursos líquidos do FUNDO, de que trata o artigo 6º, inciso II, devem ser investidos de forma compatível com os limites da Resolução nº 3.456 do Conselho Monetário Nacional e posteriores modificações, bem como com as demais regulamentações aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar.

Artigo 5º - As Companhias Investidas deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- I proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- II estabelecimento de um mandato unificado de 1 (um) ano para todo o Conselho de Administração, caso existente;
- III disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV adesão a câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

Artigo 6º – O FUNDO investirá seus recursos de acordo com a política de investimentos e objetivos estipulados neste Regulamento, devendo sempre ser observados os dispositivos legais aplicáveis e a composição da carteira descrita a seguir, após o término do Período de Investimento:

- I no mínimo 90 % (noventa por cento) de seu Patrimônio Líquido investido em ativos de emissão das Companhias Investidas;
- II no máximo 10 % (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido (com a exclusiva finalidade de propiciar à carteira do FUNDO a liquidez necessária para arcar com as despesas e encargos previstos neste Regulamento e na regulamentação aplicável) em:
 - a) quotas de fundos de investimento das classes Renda Fixa e Referenciado DI (inclusive aqueles administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR ou empresa ligada), que tenham por política de investimentos aplicar, com exclusividade, nos ativos listados nas alíneas “b” e “c”, a seguir;
 - b) títulos de renda fixa de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil;
 - c) títulos de instituição financeira pública ou privada de primeira linha (classificadas como baixo risco de crédito por agência classificadora);

Parágrafo Primeiro - Os limites previstos neste artigo não precisarão ser observados pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da primeira integralização de quotas; e pelos 30 (trinta) dias subsequentes às demais integralizações ou que antecederem a qualquer data de amortização e/ou de resgate de quotas.

Parágrafo Segundo - Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do FUNDO em títulos e Valores Mobiliários de Companhias Investidas nas quais participem, direta ou indiretamente:

I o ADMINISTRADOR, o GESTOR, os membros do Comitê de Investimentos e Quotistas titulares de Quotas representativas de, ao menos, 5% (cinco por cento) do patrimônio do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

II quaisquer das pessoas mencionadas no inciso anterior que:

- a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira de operação de emissão ou oferta de Valores Mobiliários a serem subscritos ou adquiridos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
- b) façam parte de Conselhos de Administração, Consultivo ou Fiscal de Companhia Investida, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

Parágrafo Terceiro – Salvo se aprovada em Assembléia Geral de Quotistas, é igualmente vedada a realização de operações, pelo FUNDO, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas no inciso I do “caput” deste artigo, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR, ressalvado o disposto na alínea “a”, inciso II, do *caput*.

CAPÍTULO III – PRESTADORES DE SERVIÇOS E SUA REMUNERAÇÃO

Artigo 7º – O FUNDO é administrado pela BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, 13º e 17º andares (parte), inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997 (“ADMINISTRADOR”).

Parágrafo Primeiro – A gestão da carteira do FUNDO compete à TOTEM INVESTIMENTOS E GESTÃO DE RECURSOS LTDA., sociedade limitada, empresária, inscrita no CNPJ sob o nº 11.089.720/0001-91, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro à Rua Gonçalves Dias nº 51, 6º andar, Centro, CEP: 20050-030, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM por meio do Ato Declaratório nº 10.678, de 6 de novembro de 2009 (“GESTOR”).

Parágrafo Segundo – A distribuição e colocação das quotas do FUNDO será coordenada pelo próprio ADMINISTRADOR (“DISTRIBUIDOR LÍDER”).

Parágrafo Terceiro – O DISTRIBUIDOR LÍDER poderá indicar outros agentes distribuidores, desde que devidamente habilitados, conforme acordo com o DISTRIBUIDOR LÍDER.

Parágrafo Quarto – Será admitida a substituição do GESTOR, ainda que durante o prazo de distribuição de quotas do FUNDO, desde que com a aprovação dos quotistas subscritores, em assembléia geral convocada para este fim e com o quorum indicado no artigo 24, § único. Os quotistas, ao aderirem ao presente regulamento, concordam que a substituição do GESTOR não deverá ser considerada como modificação da oferta, dada a prévia ciência desta possibilidade.

Artigo 8º - A competência para gerir a carteira do FUNDO, que engloba as atribuições de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem a carteira do FUNDO, cabe exclusivamente ao GESTOR, sem prejuízo das demais disposições do presente Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Adicionalmente às obrigações de gerir a carteira do FUNDO, são obrigações do GESTOR:

- I realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do FUNDO e as respectivas liquidações dos investimentos;
- II participar das reuniões do Comitê de Investimentos;
- III cumprir as deliberações do Comitê de Investimentos acerca de investimentos e liquidações de investimentos;
- IV empregar, em conjunto com o ADMINISTRADOR, na defesa dos direitos dos quotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, por todos os meios necessários para proteger esses direitos, inclusive ações judiciais;
- V transferir ao FUNDO qualquer vantagem ou benefício obtido como resultado de sua condição de GESTOR da carteira do FUNDO;
- VI cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.

Artigo 9º – São obrigações do ADMINISTRADOR, sem prejuízo das demais atribuições legais que lhe competem:

- I manter por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:
 - a) o registro dos quotistas e de transferência de quotas;
 - b) o livro de atas das assembléias gerais de quotistas;
 - c) o livro de presença de quotistas;
 - d) o arquivo dos pareceres do auditor independente;
 - e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo FUNDO e seu patrimônio; e
 - f) a documentação relativa às operações do FUNDO.
- II receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- IV pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na Instrução CVM nº 391/2003;
- V elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da Instrução CVM nº 391/2003 e do Regulamento;
- VI fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das quotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento, elaborados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões tomadas em assembléia geral, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- VII se houver, fornecer aos quotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo detentores de pelo menos 10% (dez por cento) das quotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises

elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;

- VIII no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I acima até o término de tal inquérito;
- IX exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- X transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do FUNDO;
- XI manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XII elaborar e divulgar as demonstrações financeiras e demais informações previstas no Capítulo VIII da Instrução CVM nº 391/2003;
- XIII firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das sociedades de que o FUNDO participe, podendo delegar esta atribuição ao GESTOR;
- XIV cumprir as deliberações da assembléia geral de quotistas;
- XV cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento e do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Único - Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da assembléia geral de quotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais quotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às empresas nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os quotistas que requereram a informação.

Artigo 10 – É vedada ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, direta ou indiretamente, a prática dos seguintes atos em nome do FUNDO:

- I receber depósito em conta corrente do ADMINISTRADOR ou do GESTOR;
- IIcontrair ou efetuar empréstimos;
- IIIprestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134/1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- Vprometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- VI. aplicar recursos: a) no exterior; b) na aquisição de bens imóveis; e c) subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Artigo 11 – O ADMINISTRADOR e o GESTOR poderão renunciar às suas funções, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, endereçado a cada um dos quotistas e à CVM.

Parágrafo Primeiro – A CVM, no uso de suas atribuições legais, poderá descredenciar o ADMINISTRADOR e o GESTOR, em conformidade com as normas que regulam o exercício da atividade de administrador de carteira.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de renúncia ou descredenciamento do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, para realização no prazo máximo de 10 (dez) dias, assembléia geral de quotistas para eleição de substituto, sendo também facultado aos quotistas que detenham ao menos 5% (cinco por cento) das quotas emitidas a convocação da referida assembléia geral dos quotistas.

Parágrafo Terceiro – No caso de renúncia do ADMINISTRADOR ou do GESTOR, o renunciante deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

Parágrafo Quarto – No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador/gestor temporário até a eleição de um novo administrador/gestor.

Artigo 12 – Os prestadores de serviços de administração ao FUNDO, dentre eles o ADMINISTRADOR e o GESTOR, farão jus a “Taxa de Administração” que equivalerá:

- a) durante o Período de Investimento, a 1,0% a.a. (um por cento ao ano) sobre o volume total de capital comprometido pelos quotistas ou R\$ 12.000,00 (doze mil por mês), o que for maior; ou
- b) durante o Período de Desinvestimento, a 1,0% a.a. (um por cento ao ano) sobre o patrimônio líquido do FUNDO ou R\$ 12.000,00 (doze mil por mês), o que for maior;

Parágrafo Primeiro – A Taxa de Administração será calculada à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), sendo apropriada por dia útil, como despesa do FUNDO e paga mensalmente, no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Segundo – A Taxa de Administração será compartilhada pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e demais prestadores de serviços de administração ao FUNDO, conforme acordo entre eles.

Parágrafo Terceiro – Não há taxa de ingresso ou saída do FUNDO.

Artigo 13 – O FUNDO pagará ao GESTOR uma Taxa de Performance de 20% (vinte por cento) dos ganhos distribuídos pelo FUNDO que excederem o capital original investido, atualizado pela variação de um índice de inflação (IPCA), acrescido de um custo de oportunidade de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. Somente será devida a Taxa de Performance ao GESTOR após a devolução para os quotistas de todo o seu capital investido devidamente corrigido monetariamente e pelo custo de oportunidade citado acima, conforme o seguinte procedimento/preferência:

- a) em primeiro lugar, serão destinados para pagamento aos quotistas, na proporção das respectivas quotas por eles subscritas e integralizadas, tanto quanto seja necessário para permitir que cada um desses quotistas recupere o seu respectivo investimento (valor do principal investido corrigido pelo IPCA);
- b) em segundo lugar, serão destinados para pagamento aos quotistas, na proporção das respectivas quotas por eles subscritas e integralizadas o valor correspondente ao custo de oportunidade (8,5% a.a.) acumulado até a data de amortização;
- c) a seguir, uma vez que os pagamentos dos incisos I e II deste artigo tenham sido atendidas, o GESTOR receberá uma primeira parcela de pagamento de Taxa de Performance correspondente a 100% dos

valores excedentes recebidos dos desinvestimentos do portfólio-alvo do FUNDO até atingir o montante de 30% da Distribuição Preferencial, assim entendidas aquelas listadas nas alíneas “a” e “b”, acima;

- d) finalmente, uma vez que as amortizações e a primeira parcela da Taxa de Performance previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, acima, tenham sido pagas, o saldo que sobejar dos desinvestimentos do FUNDO serão rateados 20% (vinte por cento) para o GESTOR, a título de Taxa de Performance, e 80% (oitenta por cento) aos quotistas, proporcionalmente às quotas por eles subscritas e integralizadas.

Parágrafo Primeiro - A Taxa de Performance será sempre provisionada e paga no mesmo dia em que ocorrer a amortização ou resgate de quotas, bem como pagamento de dividendos diretamente aos quotistas.

Parágrafo Segundo - No caso de destituição do GESTOR pela assembléia geral de quotistas, a Taxa de Performance será paga ao GESTOR atual e anteriores, proporcionalmente ao tempo em que ficaram responsáveis pela gestão do FUNDO. Ademais, não será devida a remuneração por performance ao gestor destituído no caso de comprovada culpa, dolo ou má-fé no desempenho dos serviços para com o FUNDO.

Parágrafo Terceiro - O valor ou critério de determinação da Taxa de Performance não deverá ser modificado sem prévia anuência por escrito do GESTOR e posterior aprovação pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO IV – QUOTAS, PATRIMÔNIO DO FUNDO E EMISSÃO INICIAL

Artigo 14 – O FUNDO será constituído por quotas que corresponderão a frações ideais de seu patrimônio e terão a forma nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

Parágrafo Primeiro – As quotas tem o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido do FUNDO pelo número de quotas do FUNDO ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao FUNDO e as disposições do presente Regulamento.

Parágrafo Segundo – As quotas serão mantidas em contas de depósito em nome dos quotistas.

Artigo 15 – A integralização de quotas poderá ser efetuada por meio de:

- I Transferência Eletrônica Disponível - TED, mediante débito em conta investimento ou conta corrente do quotista, ou
- II por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP – CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; ou
- III qualquer outro sistema de liquidação que venha a ser criado e legalmente reconhecido, conforme for o caso, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 16 – As quotas do FUNDO poderão ser negociadas em mercado secundário no Módulo de Fundos - SF, operacionalizado pela CETIP ou cedidas por meio de instrumento particular assinado entre cedente e cessionário e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Parágrafo Primeiro – No caso de transferência de quotas na forma do *caput* o cessionário deverá comunicar o ADMINISTRADOR no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para que este tome as

devidas providências para alteração da titularidade das quotas, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

Parágrafo Segundo - Caso o quotista desejar transferir suas quotas, total ou parcialmente, durante o Período de Investimentos, tal quotista deverá assegurar o cumprimento dos compromissos para com o FUNDO antecipadamente à transferência ou o novo quotista deverá manifestar, por escrito, o conhecimento dos compromissos pendentes e a aceitação de cumpri-los nas datas programadas.

Artigo 17 - A emissão inicial, desde já deliberada pelo ADMINISTRADOR será de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) representado por 1.000.000.000,00 (um bilhão) de quotas, com valor unitário inicial de R\$ 1,00 (um real), que poderá ser atingido no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, contados da data de registro do FUNDO pela CVM. Não obstante, o capital subscrito mínimo, que permitirá o início de funcionamento do FUNDO, tão logo atingido, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), representado por 1.000.000 (um milhão) de quotas, podendo o saldo, que sobejar ao final da distribuição, ser cancelado pelo ADMINISTRADOR.

Parágrafo Primeiro- Somente poderão adquirir quotas do FUNDO investidores qualificados, nos termos da regulamentação editada pela CVM, com valor mínimo de subscrição de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada subscritor.

Parágrafo Segundo - A propriedade das quotas nominativas presumir-se-á pelo registro realizado pelo agente de escrituração, através de conta de depósito das quotas, aberta em nome do quotista.

Parágrafo Terceiro - O ADMINISTRADOR, por orientação do GESTOR, poderá rejeitar a proposta de aquisição das quotas do FUNDO, caso o potencial investidor se encontre em conflito de interesse com a política de investimento do FUNDO. Para tanto, entende-se estar o potencial investidor em conflito no caso desse ser sociedade (e/ou a ela Afiliada) e/ou administrador da sociedade que seja concorrente a qualquer companhia (i) investida; ou (ii) em processo de análise para vir a ser investida.

Parágrafo Quarto - Entende-se por “Afiliada”, para os termos do parágrafo 3º anterior qualquer (i) Pessoa, direta ou indiretamente, controlada pela respectiva Pessoa, (ii) Pessoa, direta ou indiretamente, controladora da respectiva Pessoa, (iii) Pessoa que seja controlada pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa, e (iv) no caso de pessoa natural, parente até o 3º (terceiro) grau da respectiva Pessoa. Ainda, define-se “Pessoa”, para os termos deste parágrafo, como qualquer pessoa natural, jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio.

Parágrafo Quinto – Novas emissões do FUNDO deverão contar com prévia recomendação do GESTOR e passar por deliberação da assembléia geral de quotistas.

Parágrafo Sexto – As quotas da emissão inicial serão integralizadas sempre pelo valor de emissão - R\$ 1,00 (um real) – independentemente do momento da subscrição e do chamado.

Artigo 18 – Ao subscrever quotas do FUNDO, o investidor celebrará com o FUNDO um Compromisso de Investimento, do qual deverá constar o valor total que o quotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do FUNDO.

Parágrafo Único – Do total subscrito, 5% (cinco por cento) será integralizado à vista, em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Compromisso de Investimento e o restante de acordo com as chamadas de capital realizadas pelo ADMINISTRADOR, previamente aprovadas pelo Comitê de Investimentos, na forma deste Regulamento e do respectivo Compromisso de Investimento.

Artigo 19 – O ADMINISTRADOR deverá requerer aos quotistas a realização das integralizações, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data efetiva de integralização, sempre que:

- a) ocorrer a aprovação pelo Comitê de Investimentos de chamadas de capital; ou
- b) houver a necessidade de pagamento das taxas ou outras despesas ordinárias do FUNDO.

Parágrafo Primeiro – A partir da assinatura do respectivo Compromisso de Investimento, o Quotista será obrigado a cumprir as condições previstas neste Regulamento, no próprio Compromisso de Investimento e na regulamentação aplicável, sujeitando-se às penalidades descritas no respectivo Compromisso de Investimento e perdendo o direito de voto nas Assembléias Gerais de Quotistas, pelo prazo em que permanecer inadimplente.

Parágrafo Segundo – As penalidades pelo descumprimento das obrigações citadas no parágrafo anterior não serão impostas ao quotista que deixar de integralizar suas quotas exclusivamente por força de limitações ou vedações impostas pela legislação ou regulamentação que lhe sejam aplicáveis, inclusive nos casos em que a imposição de tais limitações ou vedações sejam ocasionadas por atos de outros quotistas.

Parágrafo Terceiro – Caso o quotista inadimplente deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos ao FUNDO estabelecida no Compromisso de Investimento, as Amortizações a que fizer jus serão utilizadas para compensação dos débitos existentes com o FUNDO até o limite de seus débitos.

CAPÍTULO V – AMORTIZAÇÕES

Artigo 20 – Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração ou pela liquidação do FUNDO. Mediante decisão do GESTOR, aprovada pelo Comitê de Investimentos, o ADMINISTRADOR poderá proceder a amortização das quotas do FUNDO. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de quotas integralizadas existentes.

Parágrafo Primeiro – Em qualquer hipótese de amortização esta se dará após o abatimento de todas as taxas, encargos, comissões e despesas ordinárias do FUNDO tratadas neste Regulamento, inclusive aquelas previstas para os 90 (noventa) dias subseqüentes.

Parágrafo Segundo - Os dividendos distribuídos pelas Companhias Investidas, após o Período de Investimento, devem ser pagos diretamente aos quotistas na forma de amortização, no prazo máximo de 10 (dez) dias do seu recebimento pelo FUNDO, podendo o ADMINISTRADOR solicitar à Companhia Investida que faça esses pagamentos diretamente aos quotistas. Os demais direitos oriundos dos ativos do FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio. Durante o Período de Investimento os dividendos serão pagos diretamente aos quotistas, devendo ser computados para os fins de cálculo da Taxa de Performance do GESTOR.

Parágrafo Terceiro – Sempre que os recursos líquidos do FUNDO, assim entendidos aqueles não alocados em ativos de emissão das Companhias Investidas, superar os 10% (dez por cento) do patrimônio líquido, durante o Prazo de Desinvestimento, o GESTOR irá propor uma amortização de quotas ao Comitê de Investimentos.

CAPÍTULO VI – ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

Artigo 21 – Sem prejuízo das matérias estabelecidas na regulamentação própria e de outras matérias previstas em outros artigos deste Regulamento, compete privativamente à assembléia geral de quotistas:

- I tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II deliberar sobre a alteração do Regulamento do FUNDO;
- III deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR, ou GESTOR, e escolha de seu substituto;
- IV deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do FUNDO;
- V deliberar sobre a emissão e distribuição de novas quotas;
- VI deliberar sobre o aumento ou qualquer alteração na Taxa de Administração, ou Taxa de Performance;
- VII deliberar sobre a alteração ou prorrogação do prazo de duração, do período de Investimento e do período de desinvestimento do FUNDO;
- VIII deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e do quorum de deliberação da assembléia geral de quotistas;
- IX deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento do Comitê de Investimentos; e
- X deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações por quotistas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 14 da Instrução CVM nº 391/2004.

Parágrafo Único – Este Regulamento poderá ser alterado pelo ADMINISTRADOR, independentemente da deliberação da assembléia geral de quotistas ou de consulta aos quotistas, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressas exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

Artigo 22 – A assembléia geral de quotistas pode ser convocada a qualquer tempo pelo ADMINISTRADOR, pelo GESTOR ou por Quotistas representando no mínimo 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas pelo FUNDO.

Parágrafo Primeiro – A convocação da assembléia geral de quotistas far-se-á por meio de correspondência encaminhada a cada quotista, admitida a utilização de fac-símile ou correio eletrônico, ou por publicação em periódico de grande circulação (informado previamente aos quotistas) e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a assembléia geral de quotistas, bem como a respectiva ordem do dia.

Parágrafo Segundo – As convocações da assembléia geral de quotistas deverão ser feitas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para a sua realização.

Parágrafo Terceiro - A assembléia geral de quotistas será instalada com a presença de qualquer número de quotistas.

Parágrafo Quarto – Independentemente de convocação, será considerada regular a assembléia geral de quotistas a que comparecerem todos os quotistas.

Artigo 23 – Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral de Quotistas os representantes legais dos quotistas ou seus procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Único – Nas deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas, a cada quota subscrita será atribuído o direito a um voto.

Artigo 24 – Todas as deliberações das Assembléias Gerais de Quotistas serão tomadas pela maioria dos votos dos Quotistas presentes, excluídos os votos dos Quotistas conflitados ou de qualquer outra forma impedidos de participarem da votação, nos termos deste Regulamento ou da regulamentação aplicável.

Parágrafo Único - As matérias referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 21, somente podem ser adotadas por votos que representem mais de ao menos 50% (cinquenta por cento) das Quotas subscritas mais 1 (uma) quota do FUNDO.

Artigo 25 – Os Quotistas poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo ADMINISTRADOR antes da assembléia geral, observado o disposto neste Regulamento.

Artigo 26 – As deliberações da Assembléia Geral de Quotistas poderão ser tomadas mediante processo de consulta, formalizada por escrito, dirigida pelo ADMINISTRADOR a cada quotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício do direito de voto. Para que seja considerada válida, a deliberação tomada por meio de processo de consulta deverá contar com a manifestação expressa de quotistas representando ao menos 50% (cinquenta por cento) das Quotas emitidas mais 1 (uma) quota.

Parágrafo Único – A resposta pelos quotistas à consulta deverá se dar no prazo máximo de 15 (quinze) dias e a ausência de resposta neste prazo será considerada como desaprovação pelo quotista à consulta formulada.

Artigo 27 – As decisões da assembléia geral de quotistas devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização, por correspondência, admitida a utilização de fac-símile ou correio eletrônico, enviada a cada quotista.

CAPÍTULO VII – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Artigo 28 - Será constituído um Comitê de Investimentos para deliberar sobre assuntos relativos à composição da carteira do FUNDO, no tocante às Companhias Investidas.

Parágrafo Primeiro - O Comitê de Investimentos será composto, no mínimo, por 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros titulares e igual número de suplentes, dos quais 02 (dois) serão indicados pelo GESTOR e os demais pelos quotistas em assembléia geral, podendo os quotistas que, em conjunto, que representarem 20% (vinte por cento) do capital subscrito nomear um membro e respectivo suplente de forma independente.

Parágrafo Segundo - No processo de seleção de membros do Comitê de Investimentos cada quotista somente poderá aprovar um membro titular e seu respectivo suplente para o exercício do cargo, utilizando-se de todas as suas quotas para essa finalidade.

Parágrafo Terceiro - No caso de ausência ou impossibilidade temporária do membro titular, seu suplente poderá comparecer às reuniões do Comitê de Investimentos e votar como se fosse titular.

Parágrafo Quarto - O prazo de mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de 02 (dois) anos a partir da data de eleição, sendo permitida a recondução. O prazo de mandato dos membros do Comitê de Investimentos se estende até a homologação dos novos indicados pela Assembléia Geral de Quotistas.

Parágrafo Quinto - Se, no curso do mandato, um membro titular afastar-se, ausentar-se ou renunciar ao cargo no Comitê de Investimentos, será automaticamente substituído por seu suplente, que exercerá pelo prazo remanescente do mandato.

Parágrafo Sexto - O afastamento, a ausência ou a renúncia simultânea ou conjunta de membros titular e suplente do Comitê de Investimentos implicará na indicação de novos membros titular e suplente pelos mesmos quotista ou grupo de quotistas que os indicaram. Se os membros titular e suplente foram indicados por um grupo de quotistas, esses, de comum acordo, e prevalecendo, na falta de acordo, a quantidade de quotas de cada qual, indicarão os novos membros titular e suplente. Os novos membros titular e suplente assumirão até o final do período em curso.

Artigo 29 - O Comitê de Investimentos do FUNDO terá como atribuições básicas, sem prejuízo das matérias estabelecidas em outros artigos deste Regulamento:

- I deliberar sobre os investimentos indicados pelo GESTOR para integrarem a carteira do FUNDO, no que tange às aplicações nas Companhias Investidas;
- II deliberar sobre a liquidação de investimentos em ativos das Companhias Investidas, conforme recomendação do GESTOR;
- III aprovar novos chamados de capital, sugeridos pelo GESTOR;
- IV aprovar co-investidores, quando for o caso;
- V aprovar a baixa contábil parcial ou total de investimentos realizados;
- VI dirimir questões relativas a conflitos de interesse relacionadas às deliberações tratadas no inciso I, acima, hipótese em que os membros do Comitê de Investimentos que representam a parte que esteja envolvida no potencial conflito devem se abster de votar;
- VII deliberar sobre a contratação de serviços de consultoria ou assessoria, com remuneração por serviço superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais); e
- VIII deliberar e aprovar as demais questões e assuntos indicados neste Regulamento, desde que tais prerrogativas não conflitem com a competência da Assembléia Geral.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Comitê de Investimentos, indicados pelo GESTOR, poderão perceber uma remuneração mensal do FUNDO, por meio de sociedade de consultoria especializada da qual seja sócio e que venha a firmar contrato com o FUNDO, pelo desempenho de seus serviços, sempre que se tratarem de convidados externos à equipe da gestora com alto grau de qualificação e capacidade técnica. Tal remuneração estará contida nos encargos tratados no artigo 32, inciso XI e sujeita ao limite ali indicado. Os referidos membros poderão, ainda, pleitear o reembolso de despesas realizadas para o comparecimento às reuniões, desde que devidamente comprovadas. Os demais membros do Comitê de Investimentos não farão jus a qualquer remuneração ou reembolso percebidos do FUNDO.

Parágrafo Segundo - O GESTOR do FUNDO deverá enviar a cada membro do Comitê de Investimentos relatórios, contendo estudos e avaliações, em conjunto, doravante denominados “Plano de Negócio”, preparados com relação a toda e qualquer proposta de investimento, de modo a embasar a decisão do comitê, com a mesma antecedência da convocação da reunião.

Parágrafo Terceiro – A partir das propostas / Plano de Negócio elaborados pelo GESTOR, as decisões adotadas pelo Comitê de Investimentos quanto à realização de investimentos e aquisição de ativos das Companhias Investidas deverão conter todos os elementos necessários à execução do investimento pelo GESTOR e o ADMINISTRADOR, determinando o cronograma de investimento e chamadas de capital, a forma de participação na companhia investida, as principais regras de acompanhamento e monitoramento dos investimentos e os procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento futuro, atualizados e modificados sempre que se fizer necessário.

Artigo 30. As reuniões do Comitê de Investimentos ocorrerão em local providenciado pelo GESTOR, preferencialmente na sede do GESTOR ou do ADMINISTRADOR, e instalar-se-ão com a presença da maioria simples dos membros do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Único - As reuniões do Comitê de Investimentos deverão ser convocadas pelo GESTOR ou por qualquer membro do referido Comitê, mediante notificação prévia, por escrito, no prazo de pelo menos 10 (dez) dias, antes da data de sua realização. A citada notificação, a todos os membros do Comitê de Investimentos, deve conter data, hora, local e ordem do dia.

Artigo 31. O Comitê de Investimentos reunir-se-á sempre que for necessário para deliberar sobre os assuntos de que trata o artigo 29 deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do Comitê de Investimentos deverão ser tomadas por maioria simples de voto dos presentes à respectiva reunião.

Parágrafo Segundo - O membro do Comitê de Investimentos deverá se abster de votar em reuniões do Comitê de Investimentos que deliberar sobre investimento, caso o quotista, ou o grupo de quotistas, que o indicou possua participação societária, direta ou indireta, no referido investimento.

Parágrafo Terceiro – O Comitê de Investimentos poderá reunir-se através de conferência telefônica, vídeo conferência ou outros meios semelhantes, sendo válidas as deliberações manifestadas por tais meios, desde que tal conversa seja posteriormente lacrada em ata, sob responsabilidade do próprio Comitê de Investimentos, devendo esta ser encaminhada ao GESTOR e ao ADMINISTRADOR.

CAPÍTULO VIII – DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 – Adicionalmente à Taxa de Administração e Performance, constituem encargos do FUNDO:

- I emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas nesta Instrução ou na regulamentação pertinente;
- IV despesas com correspondência do interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos quotistas;
- V honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao FUNDO, se for o caso;

- VII parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de assembléia geral de quotistas;
- X taxa de custódia de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- XI despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, desde que limitados a: i) R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ao ano; ou ii) 0,25% a.a. (zero vírgula vinte e cinco por cento ao ano) sobre o valor das quotas subscritas durante o Período de Investimento e sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, durante o Período de Desinvestimento, o que for maior; e
- XII despesas ligadas à estruturação do FUNDO, que tenham sido identificadas no prospecto de sua distribuição inicial ou nos compromissos de investimento (no caso de colocação por esforços restritos e com dispensa de prospecto), podendo ocorrer o reembolso daquelas eventualmente adiantas pelo ADMINISTRADOR ou GESTOR, respeitado o limite máximo de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e sejam devidamente comprovadas.

Parágrafo Primeiro – Quaisquer despesas não previstas nos incisos do *caput* como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da assembléia geral de quotistas.

Parágrafo Segundo – O ADMINISTRADOR, na qualidade de representante do FUNDO e em nome deste, pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração, até o limite desta, sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos seus prestadores de serviços.

CAPÍTULO IX – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, PATRIMÔNIO E INFORMAÇÕES

Artigo 33 – O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do ADMINISTRADOR, bem como do custodiante e do depositário eventualmente contratados pelo FUNDO.

Parágrafo Primeiro – O patrimônio líquido do FUNDO corresponderá à soma algébrica de seu disponível com o valor da carteira de investimentos, mais os valores a receber, menos as suas exigibilidades.

Parágrafo Segundo – Os ativos e passivos do FUNDO, incluindo a sua carteira de investimentos, serão apurados prioritariamente conforme o disposto nos parágrafos subsequentes deste artigo, bem como com base nos princípios gerais de contabilidade brasileiros e normas aplicáveis, inclusive para fins de provisionamento de pagamentos, despesas, encargos, passivos em geral e eventual baixa de investimentos.

Parágrafo Terceiro - A avaliação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO será feita ordinariamente ao fim de cada mês, utilizando-se as regras constantes do Anexo I.

Parágrafo Quarto: Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO, a critério do GESTOR, com a aprovação do Comitê de Investimentos.

Artigo 34 – O exercício social do FUNDO encerra-se no último dia de fevereiro de cada ano.

Artigo 35 – O ADMINISTRADOR deverá enviar à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos, e aos quotistas, as seguintes informações:

- I trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - a) o valor do Patrimônio Líquido do FUNDO; e
 - b) o número de Quotas emitidas;

- II semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento desse período, as seguintes informações:
 - a) composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e Valores Mobiliários que a integram;
 - b) demonstrações contábeis do FUNDO, acompanhadas da declaração do ADMINISTRADOR exigida pela regulamentação vigente;
 - c) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor; e
 - d) a relação das instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia de títulos e Valores Mobiliários componentes da carteira.

- III anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - a) as demonstrações contábeis do exercício, acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - b) o valor patrimonial da quota na data do fechamento do balanço e a sua rentabilidade no período; e
 - c) os encargos debitados ao FUNDO, devendo ser especificado o seu valor e o percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único – O ADMINISTRADOR se compromete, ainda, a disponibilizar aos quotistas todas as demais informações sobre o FUNDO e/ou sua administração e a facilitar aos quotistas, ou terceiros em seu nome, devidamente constituídos por instrumento próprio, o exame de quaisquer documentos relativos ao FUNDO e à sua administração, mediante solicitação prévia com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, observadas as disposições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

CAPÍTULO X – LIQUIDAÇÃO

Artigo 36 – O FUNDO entrará em liquidação ao final de seu prazo de duração, conforme prorrogado, se for o caso, ou por deliberação da assembléia geral de quotistas.

Artigo 37 – No caso de liquidação do FUNDO, o ADMINISTRADOR promoverá a divisão do patrimônio do FUNDO entre os quotistas, deduzidas a Taxa de Administração, Taxa de Performance e quaisquer outras despesas do FUNDO, na proporção de suas respectivas quotas, no prazo máximo de 30 (trinta dias), devendo a

Assembléia Geral de Quotistas que deliberar a liquidação manifestar-se a respeito de eventual pagamento em ativos aos quotistas ou a alienação destes ativos em condições especiais.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38 - Não obstante os cuidados a serem empregados pelos prestadores de serviços de administração na implantação da política de investimentos descrita neste Regulamento, os investimentos do FUNDO, por sua própria natureza, estarão sempre sujeitos às variações do mercado e a riscos inerentes aos emitentes dos ativos integrantes da carteira e a riscos de crédito. Não podem o ADMINISTRADOR e o GESTOR, serem responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira do FUNDO, ou por eventuais prejuízos impostos aos quotistas, salvo os casos de má fé ou manifesta negligência.

Parágrafo Primeiro: Em vista da natureza do investimento em participações, e da política de investimento do FUNDO, os investidores do FUNDO devem estar cientes, sem prejuízo de outros riscos, de que:

- I Risco de Ilíquidez dos Ativos. os ativos componentes da carteira do FUNDO poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;
- II Longo Prazo de Maturação do Investimento. a maturação dos investimentos em participações é de longo prazo, estando compreendida dentro do prazo total do FUNDO;
- III Risco de Concentração de Ativos. a carteira do FUNDO poderá estar concentrada em ativos de emissão de poucas, ou uma única, Companhias Investidas, tornando os riscos dos investimentos diretamente ou indiretamente relacionados à performance de tais Companhias Investidas;
- IV Fatores Macroeconômicos Relevantes. Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perdas para os quotistas. Não será devido pelo FUNDO ou por qualquer pessoa, incluindo o Administrador e/ou o Gestor, qualquer indenização, multa ou penalidade de qualquer natureza, caso os quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de quaisquer de tais eventos.
- V Risco de Liquidez na Amortização e Resgate. O FUNDO está sujeito a riscos de liquidez no tocante às amortizações e ao resgate final de cotas. O FUNDO pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate final de suas cotas no caso de (i) falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou (ii) condições atípicas de mercado.
- VI Riscos de Liquidez das Cotas. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as cotas e (ii) de o FUNDO ser constituído sob a forma de condomínio fechado, inadmitindo que o quotista resgate suas cotas a qualquer tempo, eles, os quotistas, podem ter dificuldade em realizar seus investimentos.
- VII Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de carteira do FUNDO. Este Regulamento estabelece que o FUNDO poderá efetuar o resgate das cotas caso, findo o Prazo de Duração, ainda existam ativos na carteira do FUNDO. Nesse caso, os quotistas poderão

encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues em dação.

- VIII Ausência de Companhias Investidas. O FUNDO foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Investidas cujo objeto envolva infraestrutura. Assim, não há garantia de serem encontradas companhias dispostas a permitir a participação do FUNDO, ou companhias cujos ativos estejam com preço atrativo ao FUNDO durante o Período de Investimento.
- IX Risco do Mercado de Atuação das Companhias Alvo. Tendo em vista que o FUNDO aplicará a maior parte de seus recursos em companhias cuja atuação estará voltada aos mercados de infraestrutura, e o rendimento das cotas dependerá da realização de tais investimentos, o FUNDO estará sujeito aos riscos inerentes aos mercados de infraestrutura, de forma que, qualquer ato ou fato que impacte negativamente, no todo ou em parte, tais mercados ou tais Companhias Alvo, poderá causar efeitos adversos no patrimônio líquido do FUNDO e, por conseguinte, em suas cotas.
- X Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no FUNDO expõe o investidor aos riscos a que o FUNDO está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os quotistas. Embora o Gestor mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do FUNDO, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o FUNDO e para os quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- XI Risco de Mercado. O valor dos ativos que integram a carteira do FUNDO pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do FUNDO pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do FUNDO pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.
- XII Risco de Crédito. Consiste no risco dos emissores de Ativos Alvo que integram a carteira do FUNDO não cumprirem com suas obrigações de pagá-las pontual e integralmente. Alterações na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que integram a carteira do FUNDO.
- XIII Risco da Titularidade Indireta. A titularidade das cotas não confere aos quotistas o domínio direto sobre ativos integrantes da carteira do FUNDO ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do FUNDO de modo não individualizado, por intermédio do Administrador.
- XIV Risco de Derivativos. Embora o FUNDO possa utilizar instrumentos derivativos exclusivamente para proteger as suas posições detidas à vista, esta proteção pode não ser perfeita, gerando oscilações adversas nas cotas.
- XV Regulamentação e Políticas Intervencionistas por Parte do Governo Federal. Os investimentos do FUNDO serão destinados para Projetos de Infraestrutura. Esse setor é fortemente regulamentado pelo Poder Público, seja por meio da outorga de concessões, controle sobre tarifas e reajustes, imposição de metas de qualidade e universalização dos serviços prestados. Assim, alterações na regulamentação do setor de infraestrutura, seja por parte do atual ou próximos governos, poderão impactar negativamente as Companhias Investidas, e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento e a rentabilidade do FUNDO.

Parágrafo Primeiro - O ADMINISTRADOR e o GESTOR, salvo por culpa ou dolo, não serão responsáveis pela eventual depreciação dos Ativos Alvo da carteira ou por quaisquer perdas ou prejuízos

que venham a ser suportados pelo FUNDO e pelos seus quotistas, em decorrência dos fatores acima elencados.

Parágrafo Segundo- O investidor, antes de adquirir quotas, deve ler cuidadosamente este artigo.

Artigo 39 - O FUNDO deverá contemplar na avaliação das companhias o atendimento aos padrões de proteção ambiental exigidos pela legislação vigente. Ademais, será considerando um diferencial a presença de mecanismos adicionais de mitigação de riscos sócio-ambientais e outras políticas de caráter social ou de preservação ao meio ambiente.

Artigo 40 - Fica eleito o foro central da cidade do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir as questões ligadas ao presente Regulamento.

ANEXO

Metodologia Marcação a Mercado

Ativo	Fontes
Títulos Públicos	Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANDIMA.
Títulos Privados	<p>A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade:</p> <p>a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado;</p> <p>b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC);</p> <p>c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição,</p>
Ações	<p>São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BM&FBOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma.</p> <p>Exclusivamente para as ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição. Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico.</p>